

**UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA  
FACULDADE DE DIREITO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
MESTRADO EM DIREITO**

**DIREITO DE RESISTÊNCIA E DESOBEDIÊNCIA CIVIL:  
MOVIMENTOS POPULARES NO BRASIL À LUZ DA TEORIA  
CRÍTICA**

Dorival de Freitas Junior

Piracicaba – SP  
2007

**UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA  
FACULDADE DE DIREITO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
MESTRADO EM DIREITO**

Dorival de Freitas Junior

**DIREITO DE RESISTÊNCIA E DESOBEDIÊNCIA CIVIL:  
MOVIMENTOS POPULARES NO BRASIL À LUZ DA TEORIA  
CRÍTICA**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Direito – UNIMEP, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, área de Concentração em Filosofia do Direito.

Orientador: Prof. Dr. Everaldo Tadeu Quilici Gonzalez

Piracicaba – SP  
2007

Freitas Junior, Dorival.  
Direito de Resistência e Desobediência Civil:  
Movimentos Populares no Brasil à Luz da Teoria Crítica.  
Piracicaba, 2007.  
187 p.

Orientador: Prof. Dr. Everaldo Tadeu Quilici Gonzalez

Dissertação (Mestrado) Universidade Metodista de  
Piracicaba. Curso de Mestrado em Direito.

1. Direito. 2. Direito de Resistência. 3. Desobediência  
Civil. 4. Movimentos Populares. 5. Teoria Crítica.

**DIREITO DE RESISTÊNCIA E DESOBEDIÊNCIA CIVIL:  
MOVIMENTOS POPULARES NO BRASIL À LUZ DA TEORIA  
CRÍTICA**

Dorival de Freitas Junior

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Everaldo Tadeu Quilici Gonzalez - UNIMEP  
Presidente/Orientador

---

Prof. Dr. Alessandro Jacomini - UNASP

---

Prof. Dr. Victor Hugo Tejerina Velázquez - UNIMEP

## **Agradecimentos**

À Deus, por me conceder a oportunidade de estudar e concluir o presente trabalho, pois sem Ele nada somos e nada podemos.

Aos meus pais Iza Maria Bassetti de Freitas e Dorival de Freitas, que sempre me incentivaram nos estudos e estiveram ao meu lado, nunca me deixando desanimar nos momentos difíceis.

Ao Prof. Dr. Everaldo Tadeu Quilici Gonzalez, a quem tenho muita estima e consideração, por acreditar no projeto, pela sua atenção e por ser esta pessoa maravilhosa e humana que busca sempre confortar os amigos.

À minha esposa Carla Renata Carvalho de Freitas, que sempre me apoiou, estando ao meu lado nos momentos de angústias, alegrias, tristezas, frustrações, felicidades, e que nunca deixou de acreditar em mim.

Aos funcionários da UNIMEP e, em especial, a Sra. Dulce Helena dos Santos, que sempre nos ajudou ao longo da vida acadêmica.

Aos colegas da Delegacia de Polícia de Santa Bárbara D'Oeste/SP, que buscaram suprir minhas horas de ausências e, especialmente, ao Dr. João Sérgio Marques Batista, pela compreensão e tolerância.

Aos meus irmãos Maria Cláudia e Carlos José, bem como aos demais colegas e amigos de vida acadêmica Antonio José Iatarola, Marcelo Pajola, Fernanda Covolan, Renato Toller Bray, e tantos outros que me ajudaram, diretamente ou indiretamente, na elaboração deste trabalho.

*[...] a ignorância, o esquecimento ou o desprezo dos direitos do homem são as únicas causas dos males públicos e da corrupção dos Governos.*

Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão.

## RESUMO

Este estudo tem a finalidade de analisar, mais profundamente, a realidade de alguns movimentos populares no Brasil. Como problemática central tem-se a seguinte questão: os movimentos populares representam a principal fonte das transformações sociais ocorridas no âmbito jurídico podendo, os mesmos, legitimarem seus atos, por meio do instituto do direito de resistência e da desobediência civil? Estas reivindicações são eficazes na legitimação de direitos fundamentais já existentes da pessoa humana e que ainda não foram efetivados? Dentro desta conjuntura são utilizados os ensinamentos da Teoria Crítica do Direito para esta análise. A grande importância do tema se faz necessário quando, dentro de um Estado Democrático de Direito, coloca-se em questão a forma de representatividade política em vigor, a qual já não mais representa os anseios sociais, distanciando-se de sua essência, buscando, dentro de uma visão crítica, entender que o Estado hoje, tem como uma de suas principais funções manter a paz e harmonia social, não gerando riscos e instabilidades ao setor econômico, ao qual tem como seu principal aliado a minoria capitalista detentora da maior parte financeira da economia. Dentro deste jogo de interesses, o povo é utilizado como peça na manutenção do conservadorismo social. No limite extremo do insuportável e do descaso estatal, emergem das camadas mais excluídas os movimentos populares que buscam romper com o sistema vigente, almejando a gênese da formação do Estado. Suas reivindicações vêm em primeiro lugar; seus movimentos passam a desobedecer ou resistir a atos ilegais ou normas injustas que atentam contra seus interesses, isto depois de esgotados todos os meios jurídicos legais, na busca de um novo horizonte sem alienações e dominações, na procura da verdadeira essência da existência de todo ser humano, a felicidade.

**Palavras-chave:** Direito – Direito de Resistência – Desobediência Civil – Movimentos Populares – Teoria Crítica – Escola de Frankfurt – Hermenêutica Jurídica – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) – Primeiro Comando da Capital (PCC) – Pedágios – Via Alternativa.

## ABSTRACT

This study aims to examine more deeply the reality of some popular movements in Brazil. As central problem we have the following question: Do the popular movements represent the main source of social transformations occurring under legal jurisdictions, but in the same, legitimize their actions through the institution of the law of resistance and civil disobedience? Are these claims effective in legitimizing the existing rights of the human person, that haven't been carried out yet? Within this situation, we will make use of the teachings of the Critical Theory of the Law for this analysis. The greatest importance of the subject becomes necessary when, within a Democratic State of Law, it is put in debate the current form of Political Representativeness, which no longer represents the social longings, distancing itself from its essence, searching, within a critical vision, to understand that the State nowadays has, as one of its main functions, to maintain the peace and social harmony, not producing risks and instability to the economical sector, which has as its main ally the capitalist minority holder of most financial share of economy. Within this set of interests, people are used as a piece in the maintenance of the social conservatism. On the high end of the unbearable and the disregard from the State to the people, emerge from the most excluded social layers popular movements that seek to break up with the current system, aiming the genesis of the formation of the State. Their claims come first; their movements now start to resist or disobey the unfair rules or illegal acts that go against their interests, this after the exhaustion of all legal means, in the search for a new horizon without divestments and dominations, in search of the true essence of the existence of all human beings, the happiness.

**Keywords:** Law - Law of Resistance - Civil Disobedience - Grassroots Movements - Critical Theory - School of Frankfurt - Hermeneutics' Law - Brazilian Movement of the Landless Workers (MST) - Brazilian Movement of the Homeless Workers (MTST) - First Command of the Capital (PCC) - Criminal Factions - Alternative Route.



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

|                |   |
|----------------|---|
| <b>CEBs</b>    | Comunidades Eclesiais de Base                                   |
| <b>CIDE</b>    | Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico                |
| <b>CMP</b>     | Central de Movimentos Populares                                 |
| <b>CNBB</b>    | Confederação dos Bispos do Brasil                               |
| <b>CONCRAB</b> | Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil      |
| <b>CPT</b>     | Comissão Pastoral da Terra                                      |
| <b>CV</b>      | Comando Vermelho  |
| <b>DER</b>     | Departamento de Estradas de Rodagem                             |
| <b>DNER</b>    | Departamento Nacional de Estradas de Rodagem                    |
| <b>HC</b>      | Habeas Corpus   |
| <b>ICMS</b>    | Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços |
| <b>INCRA</b>   | Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária             |
| <b>IPI</b>     | Imposto sobre Produtos Industrializados                         |
| <b>IPVA</b>    | Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores               |
| <b>MASTER</b>  | Movimento dos Agricultores Sem-Terra                            |
| <b>MST</b>     | Movimento dos Trabalhadores Sem Terra                           |
| <b>MTST</b>    | Movimento dos Trabalhadores Sem Teto                            |
| <b>ONU</b>     | Organização das Nações Unidas                                   |
| <b>PCC</b>     | Primeiro Comando da Capital                                     |
| <b>PIB</b>     | Produto Interno Bruto   |
| <b>PNRA</b>    | Plano Nacional de Reforma Agrária                               |
| <b>RDD</b>     | Regime Diferencial Disciplinado                                 |
| <b>SAPPP</b>   | Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco      |
| <b>UDR</b>     | União Democrática Ruralista                                     |
| <b>ULTAB</b>   | União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas                  |
| <b>UNB</b>     | Universidade de Brasília  |
| <b>UNME</b>    | União Nacional das Lutas por Moradia Popular                    |

## SUMÁRIO

|   |     |
|---|-----|
| <b>INTRODUÇÃO</b> .....   | 9   |
| <b>CAPÍTULO 1 – METODOLOGIA CRÍTICA</b> .....   | 15  |
| 1.1. Primeira Fase: Histórico.....  | 17  |
| 1.2. Segunda Fase: Principais Temas.....  | 22  |
| 1.2.1. A Dialética da Razão e a Crítica à Ciência.....                                | 23  |
| 1.2.2. A Dupla face da Cultura e a Discussão da Indústria Cultural.....               | 28  |
| 1.2.2.1. Cultura e Indústria Cultural.....  | 28  |
| 1.2.2.2. A Obra de Arte, a Aura e a Perda da Aura.....                                | 30  |
| 1.2.2.3. Da Teoria Crítica à Teoria Estética.....                                     | 31  |
| 1.2.3. A questão do Estado e a Dominação Tecnocrática.....                            | 32  |
| 1.3. Terceira Fase: Teoria Crítica na Atualidade e sua Produção no Brasil.....        | 36  |
| <b>CAPÍTULO 2 - O DIREITO DE RESISTÊNCIA E A DESOBEDIÊNCIA CIVIL</b> .....            | 43  |
| 2.1. Análise dos conceitos .....  | 43  |
| 2.1.1. O que é direito de resistência e desobediência civil?.....                     | 47  |
| 2.2. Direito de resistência e desobediência civil no pensamento jurídico-filosófico.. | 49  |
| 2.2.1. Idade Antiga: Antígona.....  | 50  |
| 2.2.2. Idade Média: São Tomás de Aquino.....  | 53  |
| 2.2.3. Idade Moderna: Rousseau, Hobbes e Locke.....                                   | 56  |
| 2.2.4. Idade Contemporânea: Thoreau, Marx, Rawls e Habermas.....                      | 66  |
| 2.3. Posituação do Direito de Resistência nas Constituições Modernas.....             | 81  |
| <b>CAPÍTULO 3 - DIREITO DE RESISTÊNCIA E DESOBEDIÊNCIA CIVIL NO BRASIL</b> .....      | 93  |
| 3.1. Poder de Revolução e Direito de Resistência.....                                 | 93  |
| 3.2. O que se entende por Movimentos Populares no Brasil?.....                        | 98  |
| 3.3. A Constituição Brasileira e o Direito de Resistência.....                        | 101 |
| 3.3.1. A Hermenêutica Jurídica Constitucional.....                                    | 104 |
| 3.3.2. Direitos Fundamentais.....   | 111 |
| 3.3.3. Objeção de Consciência.....  | 116 |
| 3.4. Direito de Resistência e Direito Penal.....                                      | 119 |
| 3.5. Teoria Crítica e Direito Alternativo.....  | 121 |
| 3.6. Análises de casos concretos.....   | 127 |
| 3.6.1. Movimento dos Sem Terra (MST) e Direito de Propriedade.....                    | 127 |
| 3.6.1.1. História do MST no Brasil.....   | 131 |
| 3.6.2. Pedágios e a Via Alternativa como Direito de Ir e Vir.....                     | 147 |
| 3.6.3. Movimento dos Trabalhadores Sem Teto e Direito de Propriedade.....             | 157 |
| 3.6.4. Facções Criminosas e Direito da Dignidade Humana.....                          | 162 |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....   | 173 |
| <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....   | 177 |
| <b>ANEXOS</b> .....   | 182 |